

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	7
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	15
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	39

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	93.947
Preferenciais	0
Total	93.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	34.273	50.040
1.01	Ativo Circulante	11.157	28.108
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4	12.411
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.405	14.179
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.405	14.179
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	9.405	14.179
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.739	1.513
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.739	1.513
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	1.739	1.513
1.01.07	Despesas Antecipadas	9	5
1.02	Ativo Não Circulante	23.116	21.932
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.021	21.837
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23.021	21.837
1.02.01.09.04	Cauções e depósitos vinculados	23.021	21.837
1.02.03	Imobilizado	95	95
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	95	95

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	34.273	50.040
2.01	Passivo Circulante	12.008	11.979
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1	1
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1	1
2.01.02	Fornecedores	31	25
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	31	25
2.01.03	Obrigações Fiscais	54	31
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	54	31
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	51	27
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	3	4
2.01.05	Outras Obrigações	11.922	11.922
2.01.05.02	Outros	11.922	11.922
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.922	11.922
2.02	Passivo Não Circulante	23.024	21.845
2.02.04	Provisões	23.024	21.845
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.024	21.845
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais	23.024	21.845
2.03	Patrimônio Líquido	-759	16.216
2.03.01	Capital Social Realizado	8.396	25.501
2.03.01.01	Capital social	8.396	25.501
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-9.155	-9.285

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-104	-765	-143	-1.132
3.02.06	Pessoal e administradores	-24	-73	-24	-73
3.02.08	Serviços de terceiros	-64	-550	-101	-864
3.02.14	Outros despesas operacionais	-16	-142	-18	-195
3.03	Resultado Bruto	-104	-765	-143	-1.132
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-104	-765	-143	-1.132
3.06	Resultado Financeiro	226	946	484	1.359
3.06.01	Receitas Financeiras	541	2.026	936	2.656
3.06.02	Despesas Financeiras	-315	-1.080	-452	-1.297
3.06.02.01	Despesas financeiras	-315	-1.080	-452	-1.297
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	122	181	341	227
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-28	-51	-219	-506
3.08.01	Corrente	-28	-51	-65	-65
3.08.02	Diferido	0	0	-154	-441
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	94	130	122	-279
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	-21.567	-33.995
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	-21.567	-33.995
3.10.01.01	Resultado líquido proveniente de investimento cindido	0	0	-10.080	465
3.10.01.02	Amortização de intangível de concessão proveniente de investimento cindido	0	0	-11.487	-34.460
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	94	130	-21.445	-34.274
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,001	0,00138	-0,22559	-0,36055
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,001	0,00138	-0,22559	-0,36055

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	94	130	-21.445	-34.274
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-218.879
4.02.04	Ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	-331.635
4.02.05	Efeito de Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	112.756
4.03	Resultado Abrangente do Período	94	130	-21.445	-253.153

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	-365
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-653	-1.020
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido do período	130	-34.274
6.01.01.03	Amortização do intangível da concessão - operações descontinuadas	0	34.460
6.01.01.05	Variações monetárias e cambiais	-82	-2
6.01.01.07	Provisão para processos judiciais, líquida	99	130
6.01.01.10	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-800	-1.310
6.01.01.13	Tributos e contribuições sociais diferidos	0	441
6.01.01.19	Resultado líquido proveniente de operações cindidas	0	-465
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	59	-9
6.01.02.05	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-6	-28
6.01.02.07	Despesas pagas antecipadamente	-4	-5
6.01.02.10	Fornecedores	6	-16
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social a pagar	51	40
6.01.02.12	Outros tributos a pagar	12	0
6.01.03	Outros	594	664
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-205	-189
6.01.03.03	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	799	853
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	4.698	2.904
6.02.03	Aplicações em investimentos de curto prazo	-7.704	-6.141
6.02.04	Resgates de investimentos de curto prazo	12.506	9.173
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-104	-128
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.105	0
6.03.09	Recompra de ações - direito de retirada	-17.105	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.407	2.539
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.411	65
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4	2.604

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	25.501	0	0	-9.285	0	16.216
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	25.501	0	0	-9.285	0	16.216
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-17.105	0	0	0	0	-17.105
5.04.17	Redução de Capital/Recompra de ações	-17.105	0	0	0	0	-17.105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	130	0	130
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	130	0	130
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	8.396	0	0	-9.155	0	-759

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	958.782	429.200	132.943	0	-60.960	1.459.965
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	958.782	429.200	132.943	0	-60.960	1.459.965
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-34.274	-218.879	-253.153
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-34.274	0	-34.274
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-218.879	-218.879
5.05.02.08	Efeito Reflexo de Ajuste de Avaliação Atuarial de Controlada Cindida	0	0	0	0	-331.635	-331.635
5.05.02.09	Tributos sobre Efeito Reflexo de Ajuste de Avaliação Atuarial de Controlada Cindida	0	0	0	0	112.756	112.756
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	8.949	-8.949	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	13.559	-13.559	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-4.610	4.610	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	132.943	-25.325	-288.788	1.206.812

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-689	-1.056
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-550	-864
7.02.04	Outros	-139	-192
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-139	-192
7.03	Valor Adicionado Bruto	-689	-1.056
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-689	-1.056
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.026	-31.339
7.06.02	Receitas Financeiras	2.026	2.656
7.06.03	Outros	0	-33.995
7.06.03.01	Resultado líquido proveniente de operações cindidas	0	465
7.06.03.03	Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	0	-34.460
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.337	-32.395
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.337	-32.395
7.08.01	Pessoal	61	61
7.08.01.01	Remuneração Direta	61	61
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	63	518
7.08.02.01	Federais	63	518
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.083	1.300
7.08.03.01	Juros	1.080	1.297
7.08.03.02	Aluguéis	3	3
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	130	-34.274
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	130	-34.274

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	34.273	50.040
1.01	Ativo Circulante	11.157	28.108
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4	12.411
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.405	14.179
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.405	14.179
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	9.405	14.179
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.739	1.513
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.739	1.513
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	1.739	1.513
1.01.07	Despesas Antecipadas	9	5
1.02	Ativo Não Circulante	23.116	21.932
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.021	21.837
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23.021	21.837
1.02.01.09.04	Cauções e depósitos vinculados	23.021	21.837
1.02.03	Imobilizado	95	95
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	95	95

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	34.273	50.040
2.01	Passivo Circulante	12.008	11.979
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1	1
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1	1
2.01.02	Fornecedores	31	25
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	31	25
2.01.03	Obrigações Fiscais	54	31
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	54	31
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	51	27
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	3	4
2.01.05	Outras Obrigações	11.922	11.922
2.01.05.02	Outros	11.922	11.922
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.922	11.922
2.02	Passivo Não Circulante	23.024	21.845
2.02.04	Provisões	23.024	21.845
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.024	21.845
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais	23.024	21.845
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-759	16.216
2.03.01	Capital Social Realizado	8.396	25.501
2.03.01.01	Capital social	8.396	25.501
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-9.155	-9.285

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-104	-765	-143	-1.132
3.02.06	Pessoal e administradores	-24	-73	-24	-73
3.02.08	Serviços de terceiros	-64	-550	-101	-864
3.02.14	Outras despesas operacionais	-16	-142	-18	-195
3.03	Resultado Bruto	-104	-765	-143	-1.132
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-104	-765	-143	-1.132
3.06	Resultado Financeiro	226	946	484	1.359
3.06.01	Receitas Financeiras	541	2.026	936	2.656
3.06.02	Despesas Financeiras	-315	-1.080	-452	-1.297
3.06.02.01	Despesas financeiras	-315	-1.080	-452	-1.297
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	122	181	341	227
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-28	-51	-219	-506
3.08.01	Corrente	-28	-51	-65	-65
3.08.02	Diferido	0	0	-154	-441
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	94	130	122	-279
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	-44.026	-32.949
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	-44.026	-32.949
3.10.01.01	Resultado líquido proveniente de investimento cindido	0	0	-32.539	1.511
3.10.01.03	Amortização de intangível de concessão proveniente de investimento cindido	0	0	-11.487	-34.460
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	94	130	-43.904	-33.228
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	94	130	-21.445	-34.274
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	-22.459	1.046
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,001	0,00138	-0,22559	-0,36055
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,001	0,00138	-0,22559	-0,36055

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	94	130	-43.904	-33.228
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-706.754
4.02.04	Ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	-1.070.841
4.02.05	Efeito de Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	364.087
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	94	130	-43.904	-739.982
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	94	130	-21.445	-253.153
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	0	-22.459	-486.829

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	1.349.596
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-653	-1.020
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido do período	130	-34.274
6.01.01.03	Amortização do intangível da concessão - operações descontinuadas	0	34.460
6.01.01.05	Variações monetárias e cambiais	-82	-2
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais, líquida	99	130
6.01.01.11	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-800	-1.310
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	0	441
6.01.01.18	Resultado líquido proveniente de operações cindidas	0	-1.511
6.01.01.20	Participação de acionistas não controladores	0	1.046
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	59	-9
6.01.02.05	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-6	-28
6.01.02.07	Despesas pagas antecipadamente	-4	-5
6.01.02.10	Fornecedores	6	-16
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social a pagar	51	40
6.01.02.12	Outros tributos a pagar	12	0
6.01.03	Outros	594	1.350.625
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-205	-189
6.01.03.03	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	799	853
6.01.03.04	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais descontinuadas	0	1.349.961
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	4.698	-1.280.698
6.02.03	Aplicações em investimentos de curto prazo	-7.704	-6.141
6.02.04	Resgates de investimentos de curto prazo	12.506	9.173
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-104	-128
6.02.08	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos descontinuadas	0	-1.283.602
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.105	-61.375
6.03.08	Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos descontinuadas	0	-61.375
6.03.09	Recompra de ações - direito de retirada	-17.105	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.407	7.523
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.411	146.621
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4	154.144

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	25.501	0	0	-9.285	0	16.216	0	16.216
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	25.501	0	0	-9.285	0	16.216	0	16.216
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-17.105	0	0	0	0	-17.105	0	-17.105
5.04.17	Redução de Capital/Recompra de ações	-17.105	0	0	0	0	-17.105	0	-17.105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	130	0	130	0	130
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	130	0	130	0	130
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	8.396	0	0	-9.155	0	-759	0	-759

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	958.782	429.200	132.943	0	-60.960	1.459.965	1.966.198	3.426.163
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	958.782	429.200	132.943	0	-60.960	1.459.965	1.966.198	3.426.163
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	894	894
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	894	894
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-34.274	-218.879	-253.153	-486.829	-739.982
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-34.274	0	-34.274	1.046	-33.228
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-218.879	-218.879	-487.875	-706.754
5.05.02.08	Efeito Reflexo de Ajuste de Avaliação Atuarial de Controlada Cindida	0	0	0	0	-331.635	-331.635	-739.206	-1.070.841
5.05.02.09	Tributos sobre Efeito Reflexo de Ajuste de Avaliação Atuarial de Controlada Cindida	0	0	0	0	112.756	112.756	251.331	364.087
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	8.949	-8.949	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	13.559	-13.559	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-4.610	4.610	0	0	0
5.07	Saldos Finais	958.782	429.200	132.943	-25.325	-288.788	1.206.812	1.480.263	2.687.075

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-689	-1.056
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-550	-864
7.02.04	Outros	-139	-192
7.02.04.01	Outros custos operacionais	-139	-192
7.03	Valor Adicionado Bruto	-689	-1.056
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-689	-1.056
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.026	-30.293
7.06.02	Receitas Financeiras	2.026	2.656
7.06.03	Outros	0	-32.949
7.06.03.01	Resultado líquido proveniente de operações cindidas	0	1.511
7.06.03.03	Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	0	-34.460
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.337	-31.349
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.337	-31.349
7.08.01	Pessoal	61	61
7.08.01.01	Remuneração Direta	61	61
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	63	518
7.08.02.01	Federais	63	518
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.083	1.300
7.08.03.01	Juros	1.080	1.297
7.08.03.02	Aluguéis	3	3
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	130	-33.228
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	130	-34.274
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	1.046

Comentário do Desempenho

AES Elpa S.A.

1 Perfil

A AES Elpa S.A. (“Companhia” ou “AES Elpa”) está constituída como uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. A Companhia é controlada diretamente pela Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”), sendo a Brasileira Participações por sua vez uma controlada indireta da *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Em 30 de dezembro de 2016, foi concluído o processo de reorganização societária, o qual foi realizado por meio das cisões parciais da Companhia e da Brasileira Participações com a subsequente incorporação dos respectivos acervos cindidos pela Eletropaulo, de forma que os acionistas da Brasileira Participações (AES Holdings Brasil Ltda. e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR), e da Companhia passaram a deter participação direta na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”).

2 Desempenho econômico-financeiro

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017, a Companhia auferiu um lucro líquido consolidado no montante de R\$ 130, ante um prejuízo líquido de R\$ 33.228 no mesmo período do ano anterior. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram a redução de 100,4% do resultado da Companhia.

	Reclassificado			
Em milhares de Reais	9M17	9M16	Var. R\$	Var. %
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE				
Despesas operacionais	(765)	(1.132)	367	-32,4%
Total das despesas operacionais	(765)	(1.132)	367	-32,4%
Resultado do serviço (Lucro bruto)	(765)	(1.132)	367	-32,4%
Resultado financeiro líquido	946	1.359	(413)	-30,4%
Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)	(51)	(506)	455	-89,9%
Lucro (Prejuízo) líquido do período de operações continuadas	130	(279)	409	-146,6%
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS				
Resultado líquido proveniente de investimento cindido	-	1.511	(1.511)	-100,0%
Amortização de intangível de concessão proveniente de investimento cindido	-	(34.460)	34.460	-100,0%
TOTAL DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	(32.949)	32.949	-100,0%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	130	(33.228)	33.358	-100,4%
Atribuído a sócios da empresa controladora	130	(34.274)	34.404	-100,4%
Atribuído a sócios não controladores	-	1.046	(1.046)	-100,0%

Comentário do Desempenho

AES Elpa S.A.

2.1 Despesas operacionais

No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017, as despesas operacionais apresentaram uma redução de R\$ 367 ou 32,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme segue:

<i>Em milhares de Reais</i>	9M17	9M16	Var. R\$	Var. %
Pessoal e administradores	(73)	(73)	-	0,0%
Serviços de terceiros	(550)	(864)	314	-36,3%
Outras despesas operacionais	(142)	(195)	53	-27,2%
Total das despesas operacionais	(765)	(1.132)	367	-32,4%

2.1.1 Despesas operacionais

Serviços de terceiros: redução de R\$ 314 ou 36,3%, devido principalmente pelas menores despesas de publicações legais, motivada pela reorganização societária da Companhia ocorrida em 30 de dezembro de 2016.

Outras despesas operacionais: redução de R\$ 53 ou 27,2%, devido principalmente pela redução na taxa Patronal.

2.2 Resultado financeiro

<i>Em milhares de Reais</i>	9M17	9M16	Var. R\$	Var. %
Receitas financeiras	2.026	2.656	(630)	-23,7%
Despesas financeiras	(1.080)	(1.297)	217	-16,7%
Resultado financeiro	946	1.359	(413)	-30,4%

Nos 9M17 o resultado financeiro consolidado líquido foi uma receita de R\$ 946, sendo inferior em R\$ 413 ou 30,4%, em relação à receita registrada nos 9M16, devido principalmente, ao seguinte fator:

- Redução de R\$ 453 das receitas com aplicações financeiras, em virtude do menor saldo médio de aplicações financeiras, e também por uma remuneração média menor em relação ao mesmo período do ano anterior.

2.3 Imposto de renda e contribuição social

Redução de R\$ 455 ou 89,9% das despesas com imposto de renda e contribuição social diferidos nos 9M17 em relação ao mesmo período do ano anterior. Nos 9M16, a Companhia registrou passivo fiscal diferido sobre atualização de depósito judicial. A Administração da Companhia, após reavaliação do reconhecimento do tributo diferido sobre atualização de depósito judicial, decidiu reverter o saldo total em dezembro de 2016, pois considerou a análise combinada dos impactos referentes às provisões fiscais e à atualização dos depósitos judiciais. Desta forma, não há constituição do referido imposto nos 9M17.

Comentário do Desempenho**AES Elpa S.A.****2.4 Operações descontinuadas**

A Companhia efetuou as seguintes reclassificações para o resultado de operações descontinuadas para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016:

- (i) Resultado líquido do investimento cindido na Eletropaulo, no montante de R\$ 1.511, sendo apresentado em uma única rubrica na demonstração do resultado denominada “Resultado líquido proveniente de operações cindidas”.
- (ii) Amortização de intangível de concessão proveniente do investimento cindido da Eletropaulo no montante total de R\$ 34.460.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A AES Elpa S.A. (“Companhia” ou “AES Elpa”) está constituída como uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio. A Companhia é controlada diretamente pela Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”), sendo a Brasileira Participações por sua vez uma controlada indireta da *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Sua sede está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

Em 15 de agosto de 2017, a controladora Brasileira Participações S.A. e a Companhia divulgaram ao mercado fato relevante, informando que a Administração da Brasileira Participações estuda a possibilidade e conveniência de submeter à Comissão de Valores Mobiliários – CVM pedido de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, em função do número reduzido de ações em circulação, da baixa liquidez das ações no mercado secundário e da ausência de operações após a recente reorganização societária que envolveu as Companhias e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”), nos termos da regulamentação aplicável e resguardados os direitos dos acionistas minoritários da Companhia. Os prazos, estrutura pretendida e outras informações relacionadas ao referido processo de cancelamento de registro serão divulgados uma vez confirmada a intenção de se prosseguir com o pedido.

1.1 Reorganização societária

Em 30 de dezembro de 2016, foi concluído o processo de reorganização societária, o qual foi realizado por meio das cisões parciais da Companhia e da Brasileira Participações com a subsequente incorporação dos respectivos acervos cindidos pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”), de forma que os acionistas da Brasileira Participações (AES Holdings Brasil S.A. e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR), e da Companhia passaram a deter participação direta na Eletropaulo.

Informações detalhadas acerca da reorganização societária foram divulgadas na nota explicativa nº 1 das demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

1.1.1 Operação descontinuada

A Companhia efetuou as seguintes reclassificações para o resultado de operações descontinuadas para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016:

1.1.1.1 Demonstração dos Resultados

(a) Nas informações contábeis individuais:

Notas Explicativas

- (i) (Perda) Ganho de equivalência patrimonial em investimento cindido da Eletropaulo no montante de (R\$ 10.180) e R\$ 465 no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, respectivamente (“Resultado líquido proveniente de investimento cindido”).
- (ii) Amortização de intangível de concessão proveniente do investimento cindido da Eletropaulo no montante de R\$ 11.487 e R\$ 34.460 no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, respectivamente.

(b) Nas informações contábeis consolidadas:

- (i) As receitas, custos e despesas originados pelo investimento cindido da Eletropaulo, no montante de (R\$ 32.539) e R\$ 1.511 no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, respectivamente.
- (ii) Amortização de intangível de concessão proveniente do investimento cindido da Eletropaulo no montante de R\$ 11.487 e R\$ 32.460 no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, respectivamente.

Os impactos das operações da controlada cindida no resultado consolidado são apresentados a seguir.

	Eletropaulo	
	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Receita operacional líquida	2.919.118	8.599.814
Custos operacionais		
Custo com energia elétrica	(1.947.769)	(5.715.230)
Pessoal, entidade de previdência privada, material e serviços de terceiros	(472.131)	(1.332.638)
Outras	(485.871)	(1.402.604)
Total dos custos operacionais	(2.905.771)	(8.450.472)
Resultado do serviço (lucro bruto)	13.347	149.342
Resultado financeiro	(61.445)	(136.693)
Resultado antes dos tributos	(48.098)	12.649
Total dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	15.559	(11.138)
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	(32.539)	1.511
Atribuído a acionistas da empresa controladora	(10.080)	465
Atribuído a acionistas não controladores	(22.459)	1.046

1.1.1.2 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia destaca em linha específica os resultados líquidos do investimento cindido.

(a) No consolidado:

	Eletropaulo
	30.09.2016
Total caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.349.961
Total caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.283.602)
Total caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(61.375)
Variação de caixa e equivalentes de caixa	4.984

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

Em 23 de outubro de 2017, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias, submetendo-as nesta data à análise do Conselho de Administração.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 também estão de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, devido à reorganização societária, a Companhia deixou de possuir qualquer investimento em outras sociedades. Desta forma, sua principal fonte de geração de lucros e recebimento de caixa advinda do investimento e dividendos de sua ex-controlada Eletropaulo, deixou de existir. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a Companhia possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros. A Administração, tendo por base projeções de fluxo de caixa dos próximos doze meses e considerando o baixo nível de compromissos de curto prazo previstos e seu nível atual de disponibilidades, entende que não haverá insuficiência de caixa no curto prazo.

Sistema Empresas.Net

A Companhia em razão da reorganização societária realizada em 30 de dezembro de 2016 deixou de deter investimento em sua ex-subsidiária e, portanto, deixou de efetuar consolidação de suas informações contábeis. Contudo, devido às restrições no sistema Empresas.net, utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e BM&FBOVESPA, as informações contábeis comparativas estão apresentadas da seguinte forma:

Notas Explicativas

- a.1) informações contábeis consolidadas de 30 de setembro 2016 estão comparadas com as informações contábeis individuais de 30 de setembro de 2017;
- a.2) os balanços patrimoniais consolidados de 31 de dezembro de 2016 e 30 de setembro de 2017 refletem exatamente os balanços individuais findos nas respectivas datas, visto que a partir de 30 de dezembro de 2016 não há saldos consolidados patrimoniais.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas notas explicativas 4.1 a 4.16 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e equivalentes de caixa:	30.09.2017	31.12.2016
Numerário disponível	4	29
Operação compromissada (i)	-	12.382
Total	4	12.411
Investimentos de curto prazo:	30.09.2017	31.12.2016
CDB-DI (i)	7.346	9.997
Operação compromissada (i)	2.059	4.182
Total	9.405	14.179
Total geral	9.409	26.590

- (i) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média, a 97,58% do CDI no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (99,14% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

5. Imposto de renda e contribuição social compensáveis

	30.09.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		
Contribuição social (*)	17	-
Imposto de renda (*)	1.430	962
Imposto de renda retido na fonte (*)	292	551
Total	1.739	1.513

(*) Referem-se, principalmente, a créditos fiscais de anos anteriores. A Companhia protocolou pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil e a realização desses ativos ocorrerá após o deferimento do pedido de restituição ou da sua compensação com outros débitos relativos a tributos federais por meio do sistema PER/DCOMP e, nos termos da Instrução Normativa RFB 1.300/2012.

6. Tributos e contribuições sociais a pagar

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal, em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL).

Imposto de renda e contribuição social a pagar:	30.09.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		
Imposto de renda	33	19
Contribuição social	18	8
Total	51	27
Outros tributos a pagar:	30.09.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		
Tributos Federais		
INSS	2	2
IRRF	-	1
Outros	1	1
Subtotal - Federais	3	4
Total - outros tributos a pagar	3	4

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia somente efetuou pagamentos de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 205.

7. Provisões para processos judiciais

7.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e respectivas cauções e depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

Notas Explicativas

	Passivo		Ativo	
	Provisões para processos judiciais		Cauções e depósitos vinculados	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Processos Fiscais				
PIS/COFINS - JSCP (a.1)	22.621	21.566	22.621	21.566
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (a.2)	403	279	400	271
Total não circulante	23.024	21.845	23.021	21.837

As movimentações das provisões dos processos judiciais é como segue:

	Passivo			
	Saldo inicial 31.12.2016	Ingressos	Atualizações (*)	Saldo final 30.09.2017
Processos Fiscais				
PIS/COFINS - JSCP (a.1)	21.566	-	1.055	22.621
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (a.2)	279	99	25	403
Total não circulante	21.845	99	1.080	23.024

(*) As atualizações em ambos os casos são calculadas pela variação da taxa SELIC.

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

(a) Processos fiscais:

(a.1) A Companhia é parte em processo no qual se discute a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma, em 30 de setembro de 2017, está constituída provisão no montante de R\$ 22.621 (R\$ 21.566 em 31 de dezembro de 2016). Foram proferidas decisões desfavoráveis de 1ª e 2ª instância e, atualmente, aguarda-se julgamento no STJ – Superior Tribunal de Justiça e STF – Supremo Tribunal Federal. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído em 2019.

(a.2) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015, e até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia vem efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A Companhia registrou provisão que, atualizada até 30 de setembro de 2017, corresponde a R\$ 403 (R\$ 279 em 31 de dezembro de 2016). Em relação ao mérito da causa, a Administração da Companhia juntamente com seus assessores legais, classificam como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia estima como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. A Administração da Companhia, com base na

Notas Explicativas

opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído em 2021.

7.2 Processo com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir a única contingência passiva cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição das contingências	Valor estimado da contingência	
	30.09.2017	31.12.2016
Ação Civil Pública - Improbidade Administrativa	Não determinado	Não determinado

Ação civil pública - improbidade administrativa

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública em julho de 2004 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a Companhia e a controladora Brasileira Participações S.A., esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, questionando determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A.. Por conta de decisão liminar concedida em agosto de 2004, pela qual foi determinada a quebra de sigilo fiscal e bancário da Companhia e dos demais réus, a controladora Brasileira Participações interpôs agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Terceira Região, ao qual foi atribuído efeito suspensivo. Em primeiro grau, em junho de 2005, a controladora Brasileira Participações apresentou defesa prévia. Em julho de 2006, foi proferida decisão recebendo parcialmente a inicial, o que ensejou a interposição de agravo de instrumento pela controladora Brasileira Participações, o qual visava não apenas a cassação da decisão, excluindo-se a controladora Brasileira Participações do polo passivo da demanda, como também fosse reconhecida a competência da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro para processamento e julgamento da demanda. Foi atribuído efeito suspensivo ao recurso, o que suspendeu o trâmite da demanda em primeiro grau. Em julho de 2009 sobreveio julgamento parcialmente favorável do recurso da controladora Brasileira, restando determinada a remessa da ação civil pública, bem como dos recursos oriundos desta, para a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Contra esta decisão o Ministério Público Federal interpôs recurso especial. Como referido recurso não era dotado de efeito suspensivo, os autos retomaram seu normal curso perante a Justiça Federal do Rio de Janeiro. Entretanto, em dezembro de 2012, o recurso especial foi julgado, ocasião em que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, razão pela qual os autos retornaram à capital Paulista. Em junho de 2014, foi determinada a suspensão do processo até que fossem julgados todos os agravos de instrumento pendentes (os quais versavam sobre a quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus, bem como sobre o recebimento da inicial da ação de improbidade administrativa). Finalmente, em fevereiro de 2015, foram julgados os referidos recursos, sendo que: (i) foi afastada a ordem de quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus; e, (ii) foi recebida a inicial integralmente, a contemplar todas as supostas condutas ímprobadas aventadas na inicial. O Ministério Público Federal interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão que versava sobre a quebra de sigilo. O recurso aguarda julgamento perante o STJ. Por outro lado, a controladora

Notas Explicativas

Brasiliiana interpôs recurso especial contra o acórdão que recebeu a inicial integralmente. Em 17 de agosto de 2017, foi publicada decisão que inadmitiu o referido recurso. Em 12 de setembro de 2017, a Companhia e a controladora Brasiliiana apresentaram recurso ao STJ com o objetivo de reformar a negativa de seguimento pelo Tribunal. Atualmente aguarda-se o julgamento do referido recurso. Por outro lado, com relação ao andamento do processo em primeiro grau, como o recurso especial não possui o efeito suspensivo, em setembro de 2015, a Companhia apresentou contestação. Em 30 de maio de 2017, foi determinado pelo Juízo de primeira instância a intimação de pessoas físicas que haviam sido excluídas do polo passivo e readmitidas após julgamento de recurso do Ministério Público. Aguarda-se julgamento da ação em primeira instância.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

8. Patrimônio líquido

8.1 Redução de capital

Em 26 de janeiro de 2017, encerrou-se o prazo para exercício do direito de retirada pelos acionistas da Companhia que dissentiram da aprovação da Cisão Parcial da Companhia, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações. Acionistas da Companhia titulares de 1.113.626 ações ordinárias de emissão Companhia efetivamente exerceram o seu direito de retirada. O pagamento foi realizado em 3 de fevereiro de 2017.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2017, foi aprovado o cancelamento das 1.113.626 ações ordinárias de emissão da Companhia anteriormente detidas pelos acionistas que exerceram o direito de retirada que estavam alocadas na rubrica ações em Tesouraria. A redução foi no montante de R\$ 17.105, de forma que o capital social da Companhia passou de R\$ 25.501 para R\$ 8.396.

8.2 Composição acionária

Acionistas:

Brasiliiana Participações S.A.
Outros
Total das ações

30.09.2017		31.12.2016	
Ordinárias		Ordinárias	
Quantidade	%	Quantidade	%
93.404.112	99,42	93.404.112	98,26
543.315	0,58	1.656.941	1,74
93.947.427	100,00	95.061.053	100,00

Notas Explicativas

9. Resultado por ação

A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016:

	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Numerador:				
Resultado líquido de operações continuadas	94	130	122	(279)
Resultado líquido de operações descontinuadas	-	-	(21.567)	(33.995)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	94	130	(21.445)	(34.274)
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	93.947	93.947	95.061	95.061
Atribuído aos acionistas controladores:				
Das operações continuadas líquidas				
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação ordinária (em Reais - R\$)	0,00100	0,00138	0,00128	(0,00293)
Das operações descontinuadas líquidas				
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária (em Reais - R\$)	-	-	(0,22688)	(0,35761)
Do Lucro (Prejuízo) líquido do período				
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação ordinária (em Reais - R\$)	0,00100	0,00138	(0,22559)	(0,36055)

Para os trimestres e período de nove meses apresentados, a Companhia não possui nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo. Desta forma, o resultado básico é equivalente ao resultado diluído por ação.

10. Resultado financeiro

	Individual e Consolidado			
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	204	964	496	1.417
Atualização de créditos tributários	49	81	33	72
Atualização de depósitos judiciais	315	1.080	453	1.297
PIS/COFINS sobre receita financeira	(27)	(99)	(46)	(130)
Subtotal	541	2.026	936	2.656
Despesas financeiras				
Atualização de processos judiciais	(315)	(1.080)	(451)	(1.294)
Outras despesas financeiras	-	-	(1)	(3)
Subtotal	(315)	(1.080)	(452)	(1.297)
Total do resultado financeiro	226	946	484	1.359

Notas Explicativas

11. Imposto de renda e contribuição social

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

No trimestre	Individual e Consolidado			
	01.07.2017 a 30.09.2017		01.07.2016 a 30.09.2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(19)	(9)	(43)	(22)
Diferidos	-	-	(113)	(41)
Total	(19)	(9)	(156)	(63)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	122	122	341	341
Adições (exclusões):				
Provisão para processos fiscais	27	27	59	59
Outros	5	5	(14)	(14)
Total das adições (exclusões)	32	32	45	45
Base de cálculo antes da compensação	154	154	386	386
(-) Compensação do Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(46)	(46)	(105)	(105)
Base de cálculo	108	108	281	281
Alíquota nominal	15%	9%	15%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(19)	(9)	(43)	(22)
Tributo diferido relacionado aos depósitos judiciais	-	-	(113)	(41)
Total da despesa com tributos	(19)	(9)	(156)	(63)
Alíquota efetiva	15,6%	7,4%	45,7%	18,5%

No período de nove meses:	Individual e Consolidado			
	01.01.2017 a 30.09.2017		01.01.2016 a 30.09.2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(33)	(18)	(43)	(22)
Diferidos	-	-	(324)	(117)
Total	(33)	(18)	(367)	(139)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	181	181	227	227
Adições (exclusões):				
Provisão para processos fiscais	99	99	142	142
Outros	10	10	(20)	(20)
Total das adições (exclusões)	109	109	122	122
Base de cálculo antes da compensação	290	290	349	349
(-) Compensação do Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(87)	(87)	(105)	(105)
Base de cálculo	203	203	244	244
Alíquota nominal	15%	9%	15%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(33)	(18)	(43)	(22)
Tributo diferido relacionado aos depósitos judiciais	-	-	(324)	(117)
Total da despesa com tributos	(33)	(18)	(367)	(139)
Alíquota efetiva	18,2%	9,9%	161,7%	61,2%

11.1 Créditos fiscais

A Companhia acumula prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, conforme segue, sobre os quais não foram constituídos impostos diferidos ativos, devido à ausência de expectativa de geração de resultados tributáveis futuros:

	30.09.2017	31.12.2016
Prejuízo fiscal	15.778	15.865
Base negativa contribuição social	19.325	19.412
Diferenças temporárias ativas	13.137	13.027

Notas Explicativas

12. Partes relacionadas

12.1 Transações com partes relacionadas

Devido aos investimentos cindidos e incorporados pela Eletropaulo, os itens relacionados aos mesmos foram reclassificados para operações descontinuadas (vide nota explicativa nº 1.1.1) para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016.

As principais transações e saldos entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

PASSIVO	30.09.2017	31.12.2016
<u>Dividendos a pagar:</u>		
Brasiliara Participações S.A.	11.889	11.889

Em Reuniões do Conselho de Administração da Companhia e da Brasiliara Participações realizadas em 27 de janeiro de 2017 foi aprovada a postergação do pagamento dos dividendos da Companhia para a Brasiliara Participações, referentes ao exercício social de 2015, no montante de R\$ 11.889, para até o final do exercício de 2017.

	Individual e Consolidado			
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
<u>RESULTADO</u>				
<u>Despesas:</u>				
Eletropaulo - sublocação (i)	(1)	(3)	(2)	(4)
Total do resultado com partes relacionadas	(1)	(3)	(2)	(4)

- (i) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a controlada cindida Eletropaulo (Sublocadora) e a Companhia (Sublocatária), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012 e Despacho nº 3.893/2012.

12.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pelo Conselho de Administração. Nos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	Individual e Consolidado			
	01.07.2017 a 30.09.2017	01.01.2017 a 30.09.2017	01.07.2016 a 30.09.2016	01.01.2016 a 30.09.2016
Benefícios de curto prazo	24	73	24	73
Total	24	73	24	73

Os benefícios são compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Notas Explicativas

13. Seguros

Em 30 de setembro de 2017, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Responsabilidade Civil de Administradores - D&O	1-abr-2017	1-abr-2018	R\$ 100.000

O limite de proteção é compartilhado entre algumas empresas do Grupo AES, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice.

14. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

14.1 Instrumentos financeiros

14.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis, estão apresentados a seguir:

	Notas	30.09.2017		31.12.2016		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	4	12.411	12.411	Empréstimos e recebíveis
Investimentos de curto prazo	4	9.405	9.405	14.179	14.179	Ativos financeiros disponíveis para venda
Cauções e depósitos vinculados	7	23.021	23.021	21.837	21.837	Empréstimos e recebíveis
Total		32.430	32.430	48.427	48.427	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		31	31	25	25	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		11.922	11.922	11.922	11.922	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total		11.953	11.953	11.947	11.947	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDB's) e operações compromissadas. CDB's e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para todas as rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Não houve alteração na classificação dos instrumentos financeiros.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

14.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta o instrumento financeiro registrado a valor justo, conforme método de mensuração:

ATIVO (Circulante)	30.09.2017				31.12.2016			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Investimentos de curto prazo	9.405	-	9.405	-	14.179	-	14.179	-
Total	9.405	-	9.405	-	14.179	-	14.179	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

14.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Controles Internos e Ética e *Compliance*.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos em todas as suas transações comerciais. O Programa de *Compliance* da Companhia visa "conhecer o seu parceiro de negócios", exigindo que a Companhia conduza

Notas Explicativas

um processo de verificação interna em seus potenciais parceiros antes de firmar ou renovar um acordo de negócios. Este processo visa assegurar que tais padrões éticos e legais sejam devidamente respeitados em todas as transações comerciais.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e *Compliance* e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas – sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. – sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas informações contábeis intermediárias, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings (Fitch)*, *Moody's* ou *Standard & Poor's (S&P)* para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no

Notas Explicativas

máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de setembro de 2017 é:

	30.09.2017
Caixa e equivalentes de caixa	4
Investimentos de curto prazo	9.405
Total da exposição	9.409

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia monitora constantemente sua liquidez.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de *hedge* para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

Posição em 30 de setembro de 2017	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	31	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	11.922	-	-	-	-
Total	11.953	-	-	-	-

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Em 30 de setembro de 2017, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDB's, rentabilizadas pelo CDI.

Notas Explicativas

O montante de exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de setembro de 2017 é:

	30.09.2017
Investimentos de curto prazo	9.405
Total da exposição líquida	9.405

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador dos investimentos, ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2017, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 29 de setembro de 2017, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2017, projetando o índice para um ano e verificando a sensibilidade do mesmo em cada cenário apresentado.

			Projeção receitas financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 30.09.2017	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			3,86%	5,78%	7,71%	9,64%	11,57%
Investimentos de curto prazo	CDI	9.405	363	544	725	907	1.088
Total		9.405	363	544	725	907	1.088

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Ao Conselho de Administração e Acionistas da AES Elpa S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da AES Elpa S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.1 às informações contábeis intermediárias, que trata da reorganização da estrutura societária do Grupo AES Brasil, implementada durante o exercício de 2016. Como parte dessa reorganização, foi realizada a cisão parcial da Companhia e versão do acervo cindido para a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo"), que incluiu a participação societária na própria AES Eletropaulo e o seu respectivo ágio, até então principal geradora de caixa para a Companhia. Este assunto encontra-se divulgado na nota explicativa 2.2 das informações contábeis intermediárias. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada por esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de outubro de 2017

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. – CRC 2SP034519/O-6

Marcos Antonio Quintanilha – Contador – CRC – 1SP132776/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores da AES ELPA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.705/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2017.

Barueri, 23 de outubro de 2017.

Diretores:

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da AES ELPA S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.917.705/0001-30, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 1, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2017.

Barueri, 23 de outubro de 2017.

Diretores:

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor Presidente

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora Vice-Presidente e de Relações com Investidores